



Observatório da Oposição 2025

10 DE MARÇO · RELATÓRIO ESPECIAL

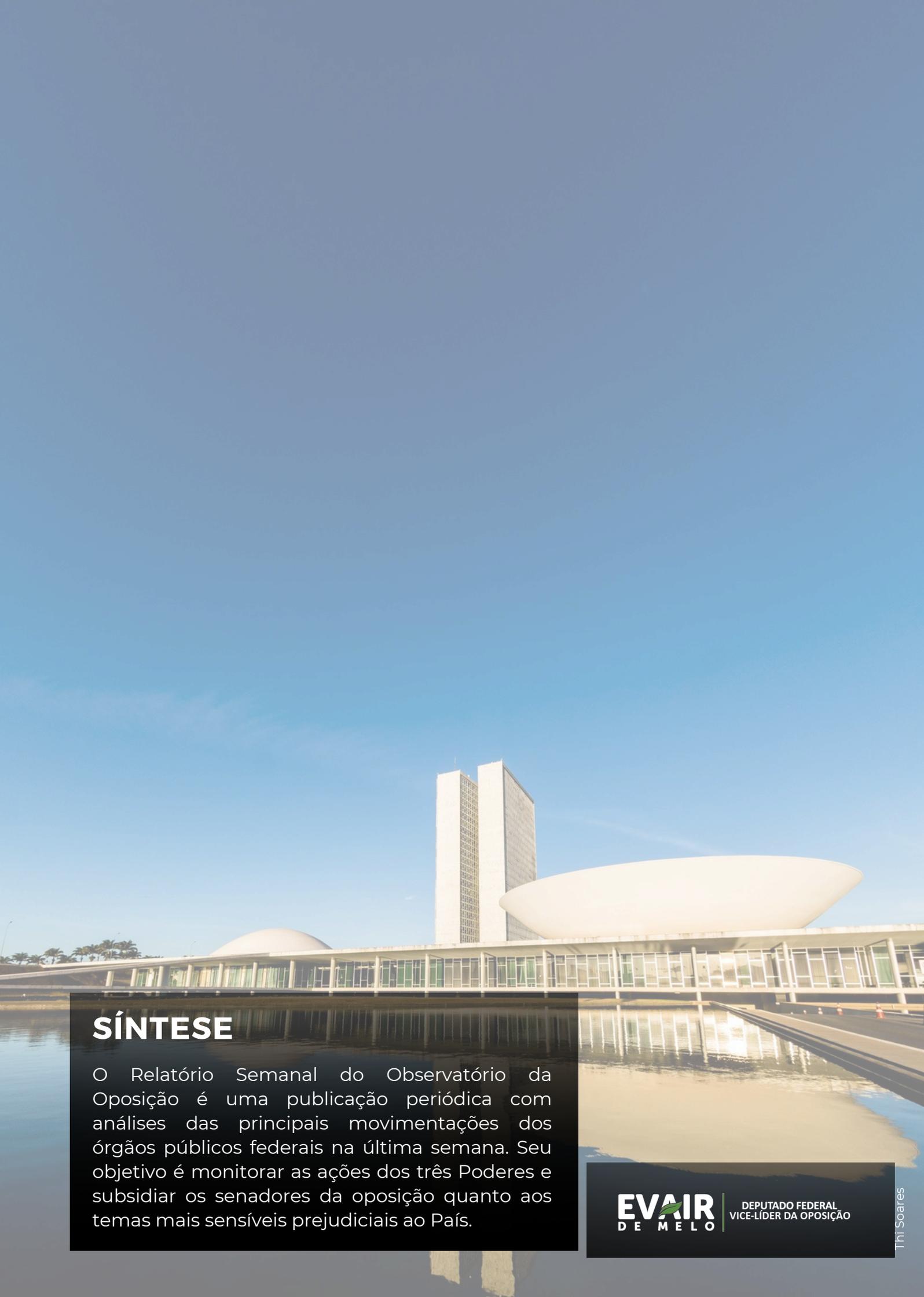
O Impacto da inflação na população: Entre o descontrole fiscal e o aumento da desigualdade

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1

Página

CENÁRIO DA INFLAÇÃO

Descumprimento da Meta de Inflação	01
O papel do atual governo	02
Histórico e comparação com Bolsonaro	03
Medidas artificiais para segurar os preços da economia	04

2

INFLAÇÃO NOS DIFERENTES SETORES

Alimentos - disparada em 2024	07
Habitação, energia e transporte	12
Inflação na Saúde e na Educação	15

3

IMPACTO NA POPULAÇÃO

16

4

CONCLUSÃO

18

CENÁRIO DA INFLAÇÃO ATUAL

Descumprimento da Meta de Inflação

Não é segredo que a inflação brasileira alcançou patamares insuportáveis para a população, comprometendo o poder de compra e a previsibilidade econômica. O Conselho Monetário Nacional (CMN) – composto pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento, além do Presidente do Banco Central – definiu como meta uma inflação de 3% ao ano, com margem de tolerância de até 4,5%.

Até 2024, o cumprimento da meta era avaliado anualmente, com referência ao mês de dezembro. Por essa métrica, o atual governo descumpriu a meta de inflação em 2023 (4,62%) e em 2024 (4,83%) — fora da crise sanitária.

A adoção do regime de meta contínua, vigente a partir deste ano, impôs um novo critério: a inflação será considerada fora da meta caso ultrapasse o teto de 4,5% por seis meses consecutivos no acumulado em 12 meses.



Mesmo diante de sucessivos aumentos na taxa de juros, a inflação segue persistentemente acima da meta, evidenciando a ineficácia das medidas fiscais adotadas pelo governo. Enquanto o Banco Central projeta que o descumprimento da meta se estenderá até junho, o mercado é ainda mais pessimista, estimando inflação acima do teto de tolerância até pelo menos setembro de 2026.

Os dados do IPCA-15 reforçam essa tendência preocupante. Com uma prévia inflacionária de 1,23% apenas em fevereiro – o maior índice para o mês desde 2016 –, a projeção de inflação para 2025 saltou para 5,65%, superando com folga os 4,83% registrados no ano anterior. O IGP-DI de fevereiro aponta para crescimento de 1% nos preços, o que impactará os aluguéis futuros.

O cenário aponta para um descontrole inflacionário prolongado, resultado direto de uma política fiscal expansionista que mina os esforços de estabilização da economia.

O papel do atual governo

Desde o início da gestão Lula, o Banco Central tem sido alvo de ataques sistemáticos. A política expansionista adotada em 2023 e 2024 resultou em um aumento expressivo da demanda agregada, intensificando as pressões inflacionárias. Para conter esse desequilíbrio, tornou-se necessário manter taxas de juros elevadas. No entanto, o governo seguiu na contramão, ampliando os estímulos fiscais e, ao mesmo tempo, culpando o Banco Central pela necessidade de aperto monetário.

A transição na presidência do Banco Central deixou ainda mais claro que a trajetória dos juros não era uma decisão pessoal de Roberto Campos Neto, mas sim uma resposta técnica e inevitável diante do cenário macroeconômico. Ainda assim, a insistência do governo em expandir o crédito e estimular o consumo comprometeu a eficácia da política monetária, reduzindo seu impacto sobre a inflação.

Além disso, a estratégia baseada no crescimento via consumo das famílias e gastos públicos gerou novos desajustes. O aumento da incerteza fiscal intensificou a desvalorização cambial, criando um efeito cascata que retroalimenta a inflação e exige um patamar ainda mais elevado de juros. Além disso, a economia brasileira vem sendo estimulada mesmo que já esteja operando acima de sua capacidade, o que tende a reforçar esse ciclo.

Em vez de reconhecer as inconsistências do modelo adotado e ajustar a política econômica, o governo persiste na retórica de transferência de culpa, optando por soluções paliativas que não apenas falham em resolver o problema, mas agravam os riscos de médio e longo prazos.

Histórico e comparação com Bolsonaro

A gestão Bolsonaro foi marcada por dois eventos extremos: a pandemia de Covid-19 e o início da Guerra da Ucrânia. Ambos os eventos geraram forte pressão nos preços nacionais e internacionais, sobretudo devido à escassez de determinados bens e serviços nas economias mundiais.

Ainda assim, a partir de 2021, iniciou-se um ciclo de aumentos dos juros básicos da economia para conter os efeitos da inflação na população. Essa política evitou um processo inflacionário mais severo e rendeu ao Presidente Roberto Campos Neto **prêmios durante sua gestão na pandemia**.

Com isso, a inflação rumou para a meta, enquanto PIB e emprego continuaram em alta, ou seja, a política monetária restritiva foi eficaz em combater a inflação sem prejudicar a economia real (emprego, produção, renda, por exemplo).



Fonte: [Poder360](#).

Nesse período, a gestão Bolsonaro atuou em conjunto com o Banco Central para reduzir os danos da pandemia. Após a forte expansão de gastos para garantir renda aos brasileiros, o governo segurou as finanças públicas e entregou um superávit no seu último ano de governo.

A gestão Lula apostou no contrário. Desde o primeiro dia de governo, atacou o presidente do Banco Central na expectativa de que os juros fossem reduzidos “na marra”. Isso significa que, ao invés de harmonizar políticas monetária e fiscal, o governo decidiu elevar gastos e incentivar o crédito, anulando parte dos esforços da autoridade monetária. Esse confronto direto com o Banco Central é, portanto, um componente importante da alta dos juros no governo Lula.

Medidas artificiais para segurar os preços da economia

➤ Nova Política de Preços da Petrobras

A Refina Brasil, associação das refinarias privadas, aponta que **a Petrobras perdeu cerca de R\$ 20 bilhões desde maio de 2023 devido à defasagem nos preços dos combustíveis¹**. Essa defasagem se iniciou após o fim da política de Preço de Paridade Internacional (PPI), implementada durante o governo Michel Temer, suspensa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A associação critica a distorção da concorrência no setor, com refinarias privadas como Acelen e Brava exportando produtos devido à falta de rentabilidade no mercado interno. Além disso, o Brasil enfrenta um déficit de 600 mil barris diários de derivados de petróleo. Com um investimento de R\$ 20 bilhões, seria possível reduzir esse déficit pela metade por meio da ampliação do parque de refino. Todavia, a falta de uma política pública clara impede o investimento privado no setor de refino.

A artificialização de preços no curto prazo mascara os efeitos da inflação e gera diversas consequências econômicas negativas a longo prazo, considerando que a falta de previsibilidade e clareza nas decisões da estatal, somada à suspeita que paira de ingerência política, desincentiva investimentos privados no setor.

¹ RITTNER, Daniel. [Petrobras já “perdeu” R\\$ 20 bi com defasagem de preços, diz associação | CNN Brasil](#). Acesso em: 7 mar. 2025.

► Medidas imediatistas para conter o preço dos alimentos

As recentes **medidas** do governo brasileiro para conter a alta dos alimentos, como a **redução das alíquotas de importação** e a flexibilização da fiscalização sanitária, têm sido alvo de críticas, por apresentarem baixa eficácia e abrangência. Essas ações podem ter um impacto limitado nos preços ao consumidor, uma vez que a oferta interna já está em expansão devido à expectativa de uma safra agrícola recorde.

Além disso, há preocupações de que a flexibilização das normas sanitárias possa comprometer a qualidade dos produtos disponíveis no mercado nacional. Medidas pontuais não são suficientes para resolver problemas estruturais que afetam os custos de produção e a logística no país. É preciso elaborar políticas públicas mais amplas e integradas, que promovam investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica e eficiência na cadeia produtiva, visando a uma redução sustentável dos preços dos alimentos a longo prazo.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) **criticou** as medidas anunciadas pelo presidente Lula, classificando-as como "**inefcazes**". A bancada argumenta que o principal fator para a alta dos preços é o desequilíbrio fiscal do governo, que eleva os custos de produção e, conseqüentemente, a inflação.

A crítica da FPA destaca a importância de políticas estruturais que promovam a estabilidade fiscal e incentivem a produção agrícola nacional. Medidas pontuais, como a redução de impostos sobre importações, podem não ser suficientes para conter a inflação alimentar a longo prazo. É essencial que o governo e o setor agropecuário trabalhem juntos para implementar estratégias que garantam a sustentabilidade econômica e a segurança alimentar do país.

Não satisfeito com o desgaste já gerado com o setor através de medidas inefcazes, Lula agora passa a culpar os intermediários:



*“O preço do ovo está muito caro, o preço do milho está caro e nós estamos tentando encontrar uma solução. A gente não quer brigar com ninguém. **A gente quer encontrar uma solução pacífica sem nada, mas se a gente não encontrar, a gente vai ter que tomar atitudes mais drásticas** porque o que interessa é levar a comida mais barata para a mesa do povo brasileiro”, **disse** Lula.*

Como avaliando em nosso [Relatório da Oposição nº 78](#), de 10 de fevereiro de 2025, o governo Lula tem apresentado uma série de propostas intempestivas para tentar conter a alta dos alimentos no Brasil, mas a falta de nexos tem levado ao recuo em praticamente todas elas. Entre as medidas discutidas, estão a taxação das exportações, a flexibilização da validade dos alimentos, a mudança nas regras do vale-refeição e a formação dos estoques reguladores.

É importante os parlamentares ficarem vigilantes para impedirem qualquer medida “drástica” - mas ineficaz - que venha a levar o país a uma situação similar à observada na Argentina durante o governo peronista.



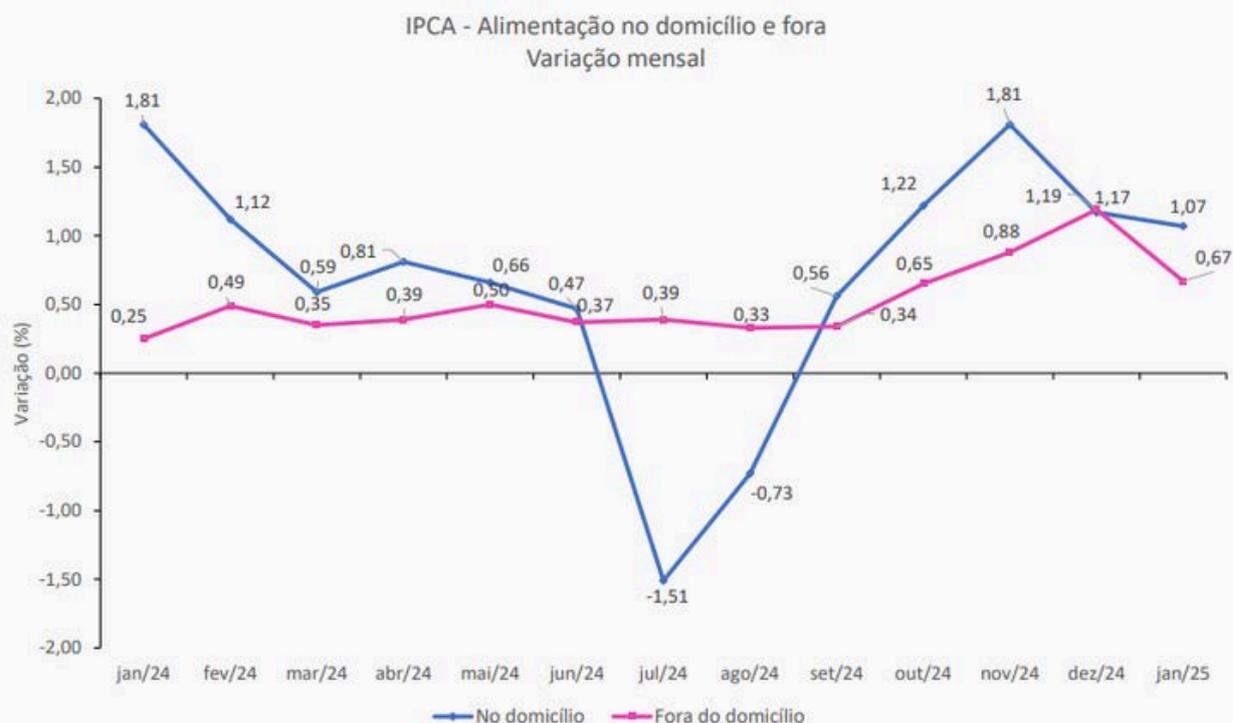
**“SE TÁ CARO, NÃO
COMPRA”**

INFLAÇÃO NOS DIFERENTES SETORES

Alimentos - disparada em 2024

Em 2024, a inflação dos alimentos no Brasil **atingiu** 8,23%, com o abacate liderando os aumentos, registrando alta de 174,7%, seguido pela laranja-lima (91,0%) e a tangerina (74,2%). Além das frutas, produtos essenciais na mesa do brasileiro também tiveram elevações expressivas. O café, por exemplo, subiu 39,6%. Já o óleo de soja acumulou aumento de 29,2%, reflexo da volatilidade do mercado de grãos e da maior demanda externa, o que reduziu a oferta interna.

IPCA – Alimentação no domicílio e fora



Fonte: **IBGE**.

As carnes bovinas, que costumam ser um termômetro do custo de vida no país, registraram uma alta média de 20,8%, com cortes como acém (+25,2%) e patinho (+24,1%) figurando entre os 20 alimentos com maior elevação no ano.



Fonte: [Poder360](https://poder360.com.br).

➤ Como funciona a formação de preços dos alimentos?

A formação dos preços dos alimentos é influenciada por uma combinação de **fatores produtivos, logísticos, econômicos e externos**. Os custos de produção, como insumos agrícolas, mão de obra e maquinário, são determinantes iniciais, enquanto a logística, incluindo transporte e armazenamento, pode encarecer os produtos devido à infraestrutura precária e ao preço dos combustíveis.

Além disso, **políticas econômicas, como taxa de câmbio, impostos e juros, afetam tanto os custos dos produtores quanto o poder de compra dos consumidores**. A dinâmica de oferta e demanda também é crucial: quando há alta demanda externa, como no caso das commodities agrícolas, os preços internos tendem a subir.

Esse conjunto de fatores torna a inflação dos alimentos um fenômeno complexo, que responde tanto a variações estruturais da economia quanto a eventos pontuais de grande impacto.

▶ **Por que a variação do real frente ao dólar afeta tanto no preço dos alimentos?**

Muitos insumos essenciais para a produção agrícola no Brasil são importados e cotados na moeda norte-americana. Fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e até combustíveis são comprados no mercado internacional, o que significa que, quando o dólar sobe, esses produtos ficam mais caros para os produtores rurais. Como consequência, o custo aumenta e desestimula a produção.

Além disso, o Brasil, por ser grande exportador de commodities agrícolas, tem os preços definidos no mercado internacional em dólares. Aqui entra o conceito de **paridade de exportação**, que significa que os preços internos desses produtos tendem a se alinhar aos preços internacionais convertidos pelo câmbio vigente. Esse efeito é ainda mais perceptível em momentos de desvalorização do real, tornando a inflação dos alimentos ainda mais sensível às flutuações cambiais.





Fonte: Observatório da Oposição.

► **Perspectivas do dólar ao longo de 2025**

As **projeções** para a cotação do dólar frente ao real em 2025 indicam uma possível alta expressiva, impulsionada por incertezas fiscais e fatores externos. O Banco Santander estima que a moeda americana chegue a **R\$ 5,80** até o final do ano, enquanto o BTG Pactual revisou sua previsão para **R\$ 6,25**, não descartando a possibilidade de atingir **R\$ 7,00** caso o cenário econômico se deteriore.

Outras instituições demonstram um tom mais cauteloso. O Banco Inter ajustou sua projeção para **R\$ 5,90**, considerando a recente valorização do real e a alta das commodities, enquanto a XP Investimentos reduziu sua estimativa de R\$ 6,20 para **R\$ 6,00**. Apesar das revisões, especialistas alertam que o real continua pressionado e vulnerável a oscilações, dependendo do rumo da política fiscal brasileira e das decisões do Federal Reserve nos Estados Unidos.

▶ **Perspectivas do preço dos alimentos ao longo de 2025**

As perspectivas para os preços dos alimentos em 2025 **apontam** para uma desaceleração na inflação alimentar, embora os valores devam permanecer elevados. De acordo com a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, a inflação dos alimentos deve ficar em torno de 6% neste ano.

Fatores como condições climáticas favoráveis e uma safra agrícola recorde, estimada em 325,7 milhões de toneladas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), contribuem para essa expectativa de alívio nos preços. Entretanto, **itens específicos** podem apresentar variações distintas: espera-se uma alta de 25% no preço do café, enquanto carnes e ovos podem registrar aumentos de 10% a 14% ao longo do ano.

Ainda assim, o ano não começou bem. De acordo com o IGP-DI, o preço dos alimentos caminha para altas insustentáveis. O IPA-DI, indicador que captura o preço de alimentos dentro do IGP-DI, **subiu 1,03% só em fevereiro**. O **preço dos ovos subiu mais de 30%**, enquanto o valor do milho cresceu praticamente 5%. Isso é um indicativo de que os próximos meses continuarão a ser de arrocho no supermercado.

▶ **Efeito Trump**

A escalada da guerra tarifária iniciada por Donald Trump, com o aumento de tarifas sobre diversos países, deve provocar retaliações comerciais contra os produtos norte-americanos, tornando as commodities agrícolas dos EUA menos competitivas. Esse cenário abre espaço para que o Brasil se fortaleça ainda mais como fornecedor alternativo de grãos, carnes e outras commodities, especialmente para grandes importadores como China e União Europeia.

Habitação, energia e transporte

Os indicadores econômicos do governo Lula 3 evidenciam um aumento expressivo nos custos de habitação, energia e transportes em comparação ao último ano do governo Bolsonaro. A elevação nos preços decorre de uma combinação de fatores, sendo que o descontrole fiscal exacerba as pressões inflacionárias, limita a eficácia da política monetária e gera distorções nos preços relativos.

Ano	Habitação	Energia Residencial	Transportes
2022	0,07	-19,01	-1,29
2023	5,06	9,52	7,14
2024	3,06	-0,37	3,3

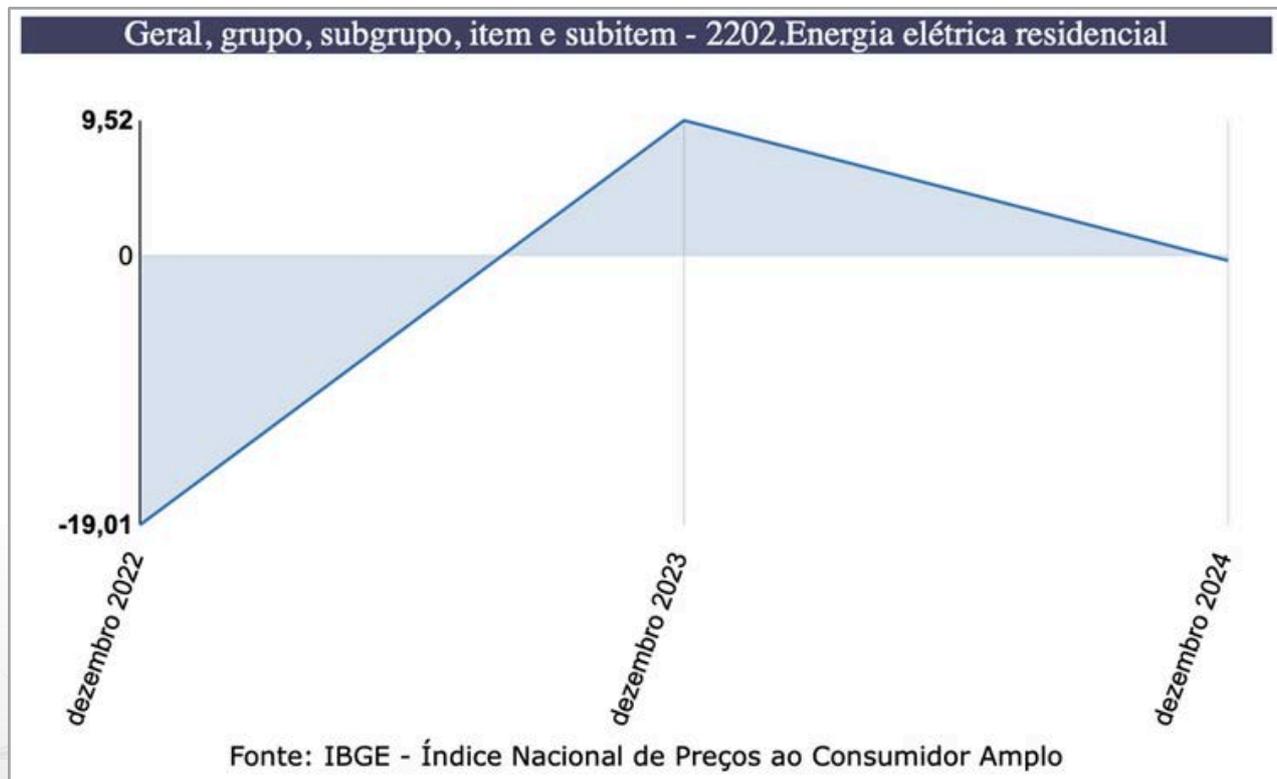
Fonte: IBGE/Sidra.

Esses desajustes estruturais, associados ao desequilíbrio entre oferta e demanda e ao aumento dos custos setoriais, têm implicações diretas no poder aquisitivo das famílias, na competitividade da economia e na dinâmica macroeconômica do país.



A variação acumulada do índice do setor de habitação registra uma aceleração no Governo Lula 3, passando de 0,07% no último ano da gestão Bolsonaro para 3,06%. **Ainda nesse contexto destacamos que em 2024, o preço médio do aluguel residencial no Brasil subiu 13,5%², superando em quase três vezes a inflação oficial de 4,83%, e a valorização dos imóveis residenciais, que subiu 7,73% no mesmo período.**

As projeções para 2025 indicam a provável retomada na alta nos preços. Em janeiro, os alugueis já subiram 0,96%, mais que o triplo da inflação oficial (0,16%), com um acumulado de 13,16% nos últimos 12 meses. Entre os fatores que podem sustentar a valorização estão a restrição no mercado de vendas, impactado pelos juros elevados, o esgotamento dos recursos da poupança e as perspectivas favoráveis para o emprego. Nesse contexto, é esperado que a demanda por locação continue aquecida e a oferta não acompanhe o movimento, os preços podem seguir pressionados ao longo do ano.

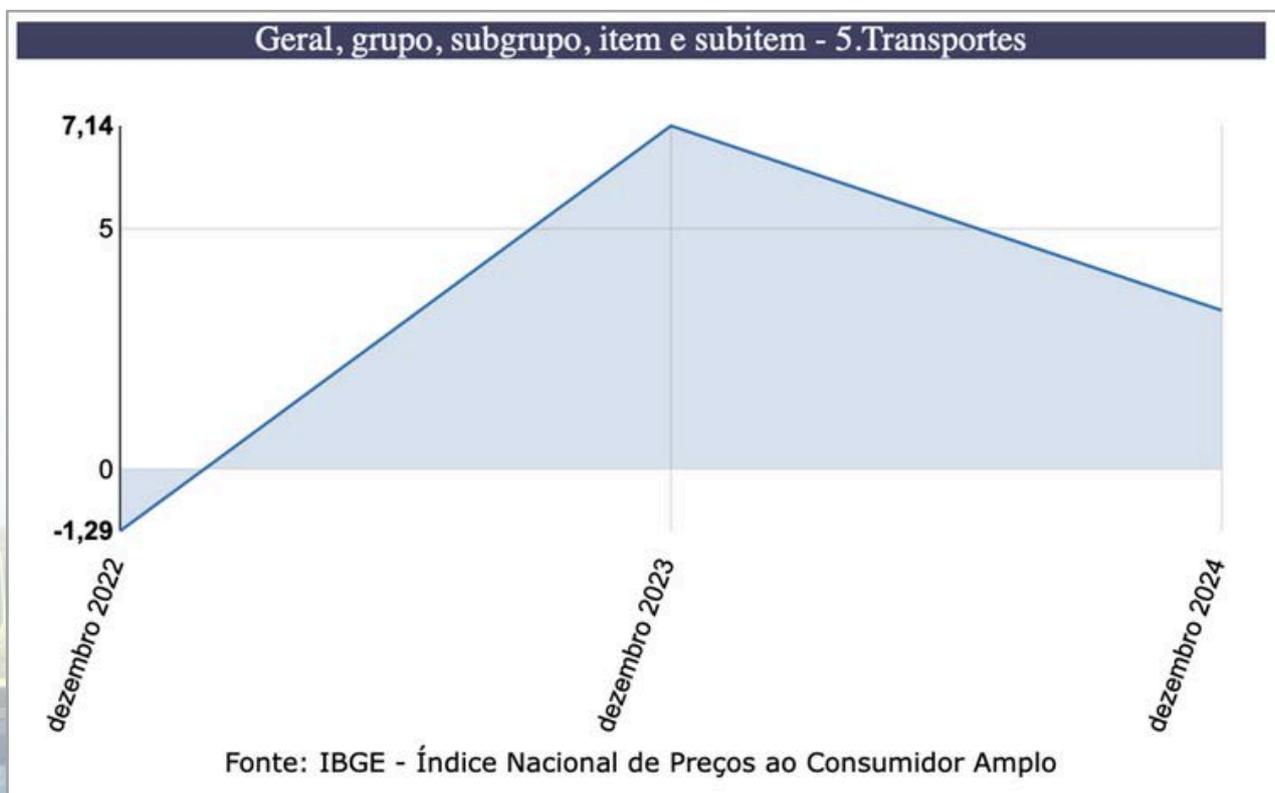


O indicador de energia aponta para uma significativa deterioração nos custos da energia residencial no governo Lula 3, com a variação passando de -19,01% no último ano do governo Bolsonaro para -0,37%. Apesar da leve redução observada em 2024, é relevante destacar que consumidores residenciais e comerciantes das regiões Sudeste, Sul e

² G1. Preço do aluguel residencial sobe 13,5% em 2024, quase o triplo da inflação; veja as cidades mais caras. G1, 14 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/01/14/preco-do-aluguel-residencial-sobe-135percent-em-2024-quase-o-triplo-da-inflacao-veja-as-cidades-mais-caras.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2025.

Centro-Oeste arcaram com um custo praticamente o dobro do que seria viável pela energia de Itaipu, conforme estudo da Frente Nacional de Consumidores de Energia Elétrica³.

Além disso, a expansão dos custos e subsídios no setor elétrico, contratada pelo governo no último ano, deverá pressionar as tarifas de energia nos próximos anos. Estima-se um impacto superior a R\$ 300 bilhões⁴, impulsionado por subsídios empresariais, distorções na projeção de custos e ausência de ajustes em benefícios sociais. Destacam-se o PL das eólicas offshore (R\$ 241 bilhões até 2050), o reajuste das tarifas de Itaipu (R\$ 11 bilhões até 2026) e o aumento da CDE (R\$ 40,6 bilhões em 2025), além de gastos com universalização do serviço (R\$ 14 bilhões) e flexibilização tarifária para grandes empresas (R\$ 9 bilhões). Essas medidas poderão elevar as tarifas em até 10%, com repercussões sobre a inflação e o poder de compra das famílias.



³ FNCE. Custo de Itaipu: conta mensal de consumidores residenciais e comerciais. Fevereiro de 2025. Disponível em: https://consumidoresdeenergia.org/wp-content/uploads/2025/02/ITAIPU-2024-custo-conta-mensal-consumidores-residenciais-e-comerciais-FNCE_Fev-2025.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025.

⁴ FOLHA DE S. PAULO. Congresso e governo Lula causam peso extra de R\$ 300 bi na conta de luz. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 jan. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/01/congresso-e-governo-lula-causam-peso-extra-de-r-300-bi-na-conta-de-luz.shtml>. Acesso em: 6 mar. 2025.

O indicador de transportes registrou um crescimento expressivo de 3,3% no governo Lula 3, em contraste com a retração de 1,29% observada no último ano do governo Bolsonaro. Em 2024, o setor enfrentou desafios econômicos substanciais, com a inflação persistente e a política monetária restritiva pressionando os custos operacionais. **No período de 12 meses, os combustíveis apresentaram aumentos significativos, com o etanol subindo 21,59%, a gasolina 10,71% e o diesel 2,66%**⁵.

Em 2025, a inflação no setor de transportes dá mostras de que seguirá em alta com uma variação de 1,30% em janeiro, impulsionada pelo aumento das passagens aéreas e dos combustíveis, especialmente o etanol (+1,82%) e o óleo diesel (+0,97%).

Inflação na Saúde e na Educação

Os setores de Saúde e Educação também foram fortemente impactados pela inflação. Em 2023, a inflação no setor de saúde foi de 8,25%, enquanto em 2024 atingiu 6,71%, ambos acima da inflação oficial do país. Os planos de saúde, por exemplo, registraram **reajustes de até 25%** em 2024, com um aumento médio de 13,49%.

Para 2025, **estimativas indicam** que a alta pode superar 20%. No caso dos planos individuais, os reajustes são definidos pela ANS, enquanto nos planos coletivos ocorrem conforme o “aniversário” da carteira, resultando em uma diluição dos aumentos ao longo do ano.

Na educação, os reajustes também superaram a inflação oficial. Em 2023 e 2024, os aumentos médios foram de 6,58% e 6,09%, respectivamente. Para fevereiro de 2025, os **dados apontaram** uma elevação média das mensalidades de 5,69%, com reajustes ainda mais expressivos nos ensinos fundamental (7,5%) e médio (7,26%).

⁵ CÂMARA NACIONAL DE TRANSPORTES. CNT aponta cenário econômico desafiador para o transporte em 2025. Agência CNT, 2025. Disponível em: <https://cnt.org.br/agencia-cnt/cnt-aponta-cenario-economico-desafiador-para-o-transporte-em-2025>. Acesso em: 6 mar. 2025.

IMPACTO NA POPULAÇÃO

TABELA 3
Inflação por faixa de renda: contribuição por grupos (acumulado em doze meses)
(Em %)

	IPCA	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Inflação Total	4,56	4,04	4,32	4,41	4,70	4,74	4,96
Alimentos e bebidas	1,54	2,09	1,98	1,76	1,45	1,13	0,91
Habituação	-0,05	-0,24	-0,21	-0,15	-0,05	0,12	0,18
Artigos de residência	0,04	0,03	0,04	0,04	0,03	0,04	0,03
Vestuário	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,14
Transportes	1,10	0,67	0,88	1,12	1,31	1,32	1,18
Saúde e cuidados pessoais	0,80	0,69	0,73	0,73	0,86	0,93	0,88
Despesas pessoais	0,49	0,36	0,42	0,39	0,43	0,50	0,78
Educação	0,40	0,24	0,24	0,28	0,41	0,45	0,75
Comunicação	0,14	0,10	0,13	0,15	0,15	0,15	0,12

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 4
Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ Jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ Jan/2025)
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 900,00	Menor que R\$ 2.202,02
2 - Renda baixa	Entre R\$ 900,00 e R\$ 1.350,00	Entre R\$ 2.202,02 e R\$ 3.303,03
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350,00 e R\$ 2.250,00	Entre R\$ 3.303,03 e R\$ 5.505,06
4 - Renda média	Entre R\$ 2.250,00 e R\$ 4.500,00	Entre R\$ 5.505,06 e R\$ 11.010,11
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 4.500,00 e R\$ 9.000,00	Entre R\$ 11.010,11 e R\$ 22.020,22
6 - Renda alta	Maior que R\$ 9.000,00	Maior que R\$ 22.020,22

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Fonte: [Ipea](#).

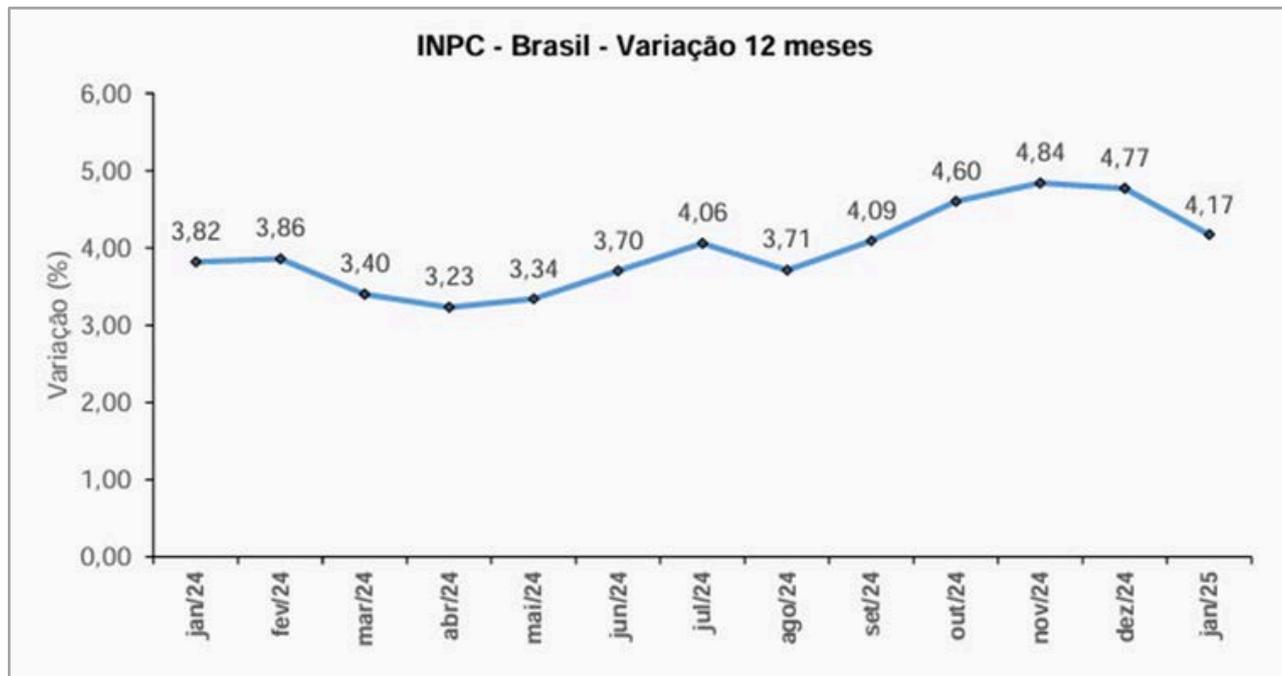
A tabela produzida pelo Ipea destaca como a inflação de alimentos impacta mais intensamente a renda das famílias de menor poder aquisitivo. Quase metade da inflação para o grupo mais pobre veio justamente dessa alta nos alimentos, comprometendo desproporcionalmente o orçamento das famílias do país.

Mencionamos que os gastos com saúde e transportes tiveram aumento elevado e atingiram todas as classes sociais de forma severa. As despesas com educação, por sua vez, tiveram forte peso para as classes média e alta.

O INPC, índice que mede a inflação para famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos, reforça esses resultados. Entre agosto e dezembro do ano passado, observou-se um aumento significativo da inflação para esse grupo, refletindo diretamente no custo de vida da população de menor renda.

Esse cenário contribuiu para a queda na popularidade do governo Lula. O aumento de 7,69% no preço dos alimentos – mais que o dobro do centro da meta de inflação – tem sido apontado como um dos fatores que ampliam a insatisfação popular.

Diante desses aumentos, o governo já reconhece o risco de que mais famílias, especialmente aquelas beneficiadas pelo Bolsa Família, enfrentem insegurança alimentar.



Fonte: [IBGE](#).



CONCLUSÃO

A inflação persistente e acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional tem tido efeitos profundos sobre a economia brasileira, comprometendo a renda real das famílias e ampliando desigualdades socioeconômicas. O atual cenário inflacionário não apenas corrói o poder de compra da população, como também intensifica as pressões sobre os grupos mais vulneráveis, refletindo-se em uma maior precarização das condições de vida e acesso a bens essenciais.

O impacto da inflação sobre a população brasileira é, portanto, severo e generalizado, mas seus efeitos são ainda mais devastadores para os mais pobres, que destinam a maior parte da renda à compra de alimentos, transporte e moradia. A combinação de uma política fiscal expansionista, estímulos ao crédito e medidas paliativas no controle de preços tem enfraquecido a eficácia da política monetária, prolongando o período de inflação elevada.

Sem uma estratégia clara de ajuste fiscal e reformas estruturais, o país continuará refém de um cenário de instabilidade, em que a perda de poder aquisitivo, a insegurança alimentar e o aumento dos custos básicos se tornam uma realidade permanente. O governo precisa abandonar soluções imediatistas e focar na construção de um ambiente econômico mais previsível e sustentável, sob o risco de levar o Brasil a um novo ciclo de estagnação e alta inflação.

